

O TORÉ DOS XUKURU-KARIRI: IDENTIDADE E AUTOAFIRMAÇÃO RELIGIOSA INDÍGENA EM PALMEIRA DOS ÍNDIOS DE ALAGOAS

Maria Aparecida Oliveira dos **SANTOS**^{1*}; Ricardo José Lima **BEZERRA**²

¹Mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade de Pernambuco-Campus Garanhuns. *Autor correspondente: E-mail: aparecida.oliv.92@gmail.com

²Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco. Professor da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns. Docente Permanente do Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade de Pernambuco-Campus Garanhuns. E-mail: ricardo.bezerra@upe.br

Recebido: 27.07.2020 Aceito: 14.12.2020

<https://doi.org/10.29327/ouricuri.10.1-3>

Resumo: A prática do Toré constitui elemento identitário cultural do povo Xukuru-Kariri da Mata da Cafurna no Município de Palmeira dos Índios - Alagoas, manifestação própria da religiosidade de uma etnia indígena territorializada nesta região há séculos. No entanto, a vivência do Toré, assim como os próprios indígenas, sofreu e sofre, ao longo do passado e do presente, resistência e invisibilização, própria do processo de colonialidade étnica que sofrem os Xukuru-Kariri na região, por parte da sociedade envolvente não-indígena. Desta forma, objetiva-se neste texto caracterizar e compreender o Toré entre Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios e o papel desta manifestação identitária e religiosa desta etnia. Através de pesquisa bibliográfica, apontamentos documentais, e principalmente, da estratégia de pesquisa qualitativa da observação participante. A vivência do Toré representa uma marca identitária da organização sociocultural e, especificamente, religiosa, dos Xukuru-Kariri em Alagoas, vivência esta pelo contato intercultural com a sociedade local não-indígena, ao longo do processo de colonização da região do agreste alagoano até o presente. Buscamos, destarte, compreender, por meio da autoafirmação religiosa que o Toré representa para esta etnia, caminhos para a superação de práticas discriminatórias e deletérias próprias das estratégias colonialistas internas de dominação, opressão e conservação de privilégios das etnias dominantes brasileiras sobre minorias étnicas que se encontram sob sua égide política partilhando o mesmo território.

Palavras-Chaves: Identidade Étnica; Índios em Alagoas; Invisibilidade.

THE *TORÉ* OF THE XUKURU-KARIRI: INDIGENOUS IDENTITY AND RELIGIOUS SELF-ASSERTION IN PALMEIRA DOS ÍNDIOS-ALAGOAS, BRAZIL

Abstract: The Toré practice is a cultural identity element of Xukuru-Kariri people of the Cafurna Forest in the Municipality of Palmeira dos Índios, Alagoas state, a manifestation of the religiosity of an indigenous ethnic group that has been territorialized in this region for centuries. However, the Toré experience, just as the natives themselves, suffered and suffers, along the past and the present, resistance and invisibilization, proper to the process of ethnic coloniality suffered by the Xukuru-Kariri in the region by non-indigenous surrounding society. In this way, the purpose of this text is to characterize and understand the Toré between Xukuru-Kariri de Palmeira of the Indians and the role of this identity and religious manifestation of this ethnic group. Through bibliographic research and participant observation. The Toré experience represents an identity mark of the socio-cultural and, specifically, religious organization of the Xukuru-Kariri in Alagoas, living through intercultural contact with local non-indigenous society, throughout the process of colonization of the region of the Alagoan agreste until gift. We seek, therefore, to understand, through the religious self-

assertion that the Toré represents for this ethnic group, ways to overcome discriminatory and deleterious practices typical of the colonialist internal strategies of domination, oppression and conservation of privileges of the dominant Brazilian ethnicities on ethnic minorities that are under its political aegis sharing the same territory.

Key words: Ethnic Identity; Indians in Alagoas; Invisibility.

EL XUKURU-KARIRI TORÉ: IDENTIDAD Y AUTOAFIRMACIÓN RELIGIOSA INDÍGENA EN PALMEIRA DOS ÍNDIOS DE ALAGOAS

Resumen: La práctica del Toré constituye un elemento de identidad cultural del pueblo Xukuru-Kariri de Mata da Cafurna en el Municipio de Palmeira dos Índios - Alagoas, manifestación de la religiosidad de una etnia indígena territorializada en esta región durante siglos. Sin embargo, la experiencia de Toré, así como de los propios indígenas, ha sufrido y sufre, a lo largo del pasado y del presente, resistencias e invisibilidad, propias del proceso de colonialidad étnica que sufren los Xukuru-Kariri en la región, por parte de la sociedad circundante. No indígena. Así, el objetivo de este texto es caracterizar y comprender el Toré entre Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios y el papel de esta identidad y manifestación religiosa de esta etnia. A través de la investigación bibliográfica, notas documentales y principalmente, la estrategia de investigación cualitativa de observación participante. La experiencia del Toré representa una seña de identidad de la organización socio-cultural y, específicamente, religiosa de los Xukuru-Kariri en Alagoas, esta experiencia se debe al contacto intercultural con la sociedad local no indígena, a lo largo del proceso de colonización de la región del agreste Alagoas hasta el regalo. Por lo tanto, buscamos comprender, a través de la autoafirmación religiosa que los Toré representan para este grupo étnico, las formas de superar las prácticas discriminatorias y nocivas inherentes a las estrategias colonialistas internas de dominación, opresión y preservación de los privilegios de los grupos étnicos dominantes brasileños sobre las minorías étnicas. Se encuentran bajo su égida política compartiendo el mismo territorio.

Palabras clave: identidad étnica; Índios en Alagoas; Invisibilidad.

INTRODUÇÃO

A maior parte da etnia indígena Xukuru-Kariri está localizada no Município de Palmeira dos Índios, estado de Alagoas, possuindo uma localização geográfica privilegiada por ser limite entre este estado e Pernambuco e zona de transição climática com o agreste e o sertão alagoano. Este território é marcado por várias nascentes de água potável, rios temporários, açudes e barragens, geograficamente configurado como brejo de altitude. Em Palmeira dos Índios há formações em serras onde habitam pequenos agricultores e oito comunidades indígenas do povo Xukuru-Kariri, entre elas a comunidade Mata da Cafurna, na qual daremos ênfase neste trabalho.

O nome do Município foi dado em referência aos primeiros habitantes e à abundância de palmeiras em seus campos. Os indígenas se fixaram entre o brejo chamado Cafurna e a serra da Boa Vista, região íngreme com dificuldade de acesso, sendo esta localização escolhida pelos Xukuru-Kariri como estratégica para se protegerem da ação colonizadora na região, na qual desenvolveram suas práticas culturais e religiosas, em uma área geográfica favorável ao crescimento demográfico e ao fortalecimento étnico.

Estudar a história do povo Xukuru-Kariri é um desafio, pois desmistificar preconceitos e estereótipos existentes sobre as identidades indígenas é perceber a contribuição desse povo para

a formação territorial e histórica do município e da região agreste de Alagoas, evidenciando seu protagonismo nas relações de dominação que culminaram com momentos de conflito, negação e posterior reafirmação étnica.

No período colonial, época dos aldeamentos durante o século XVIII em Alagoas, os não-índios usurparam as terras indígenas, dizimando animais, destruindo florestas e rios, alterando o espaço natural. Cercas foram erguidas, definindo limites e criando ferramentas de controle social. Por conta disso, a maioria dos espaços considerados sagrados pelos indígenas nesta região foram profanados e privatizados no afã de edificar tanto o núcleo urbano como plantações nos arredores deste núcleo. Desde então, tem se registrado sofrimentos e perseguições que com o tempo foram sendo minimizadas pelos povos indígenas, graças a sua persistência na reivindicação dos seus direitos e a uma legislação (Constituição Federal 1988), que ao menos formalmente, assegurando a prática de uma cultura específica e diferenciada, a partir dos movimentos de emergência e autoafirmação étnica.

A partir dessa visão surgiu a necessidade de estudar o povo Xukuru-Kariri e dar visibilidade as resistências por ele protagonizadas, com enfoque na força, fé e coragem empreendidas nos movimentos de resistência aos invasores. Nesse protagonismo, o Toré se configura como a prática que confere unidade, modela a identidade e ergue as fronteiras necessárias à sua existência.

Apesar do Toré ser um importante elemento diacrítico para os índios do Nordeste, ainda há academicamente, que se intensificar os estudos sobre suas características e manifestações, bem como, a sua contribuição para processos de reconhecimento identitário e autoafirmação étnica e cultural, em virtude dos processos de silenciamento pelo qual passaram os diversos grupos indígenas do Nordeste desde a colonização da região aos dias atuais. Genericamente, o Toré vem sendo estudado a partir das informações associadas às apresentações públicas nas aldeias ou nas festividades externas, onde se efetiva performaticamente sem caráter religioso, contudo, bastante representativo. Na aldeia, enquanto ritual religioso, o Toré é mantido como segredo cultural e mantenedor da especificidade étnica Xukuru-Kariri, prática cultural e religiosa declaratória de sua indianidade.

Do silenciamento ao protagonismo

No século XVI o contato com o europeu e as missões católicas culminou com a extinção de vários povos indígenas, causada por inúmeros acontecimentos, ou seja, foram expulsos de seu habitat natural, perseguidos, obrigados a fazer migrações e alguns fugiram para lugares que consideravam seguros. Esse contato com o europeu e com a igreja trouxe a invisibilidade de vários povos, de acordo com Moreau:

É gente que nenhum conhecimento tem de Deus, nem ídolos fazem tudo quanto lhes dizem. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de

nosso Senhor, e nem posso achar língua que m'o saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocabulário tem. (Moreau, 2003, p.113).

De acordo com essa descrição, vai aparecendo a imagem que o europeu construiu dos povos nativos como indivíduos sem fé, sem lei e sem religião, o que justificou o apresamento e o genocídio indígena pelo colono a fim de torna-los mão de obra na agroindústria, assim como, entre os séculos XVII e XVIII, por meio da ação de missionários católicos na catequese do gentio fazer com que eles incorporassem o Cristianismo e, conseqüentemente, adotassem valores e práticas religiosas que justificassem sua vida e sua liberdade no contexto da sociedade colonial.

As missões e os aldeamentos religiosos, conduzidos especialmente pelos jesuítas e capuchinhos franciscanos, dessa forma, significaram para muitos indígenas a escolha entre a escravidão colonial ou o genocídio e a morte étnica, visto que:

Muitos deles buscavam o aldeamento como opção pelo mal menor diante de situações ameaçadoras e desfavoráveis (...) apesar dos prejuízos incalculáveis, a política de aldeamentos colocava os índios numa condição jurídica específica, atribuindo-lhes, além das obrigações, alguns direitos que eles lutaram por garantir até o século XIX, agindo conforme os códigos do mundo colonial. Para integrá-los à colônia, novas práticas políticas e culturais que foram habilmente utilizadas por eles para a obtenção de possíveis ganhos na nova situação em que se encontravam (Almeida, 2010, p. 72).

Ao longo dos séculos da formação da sociedade brasileira os indígenas adotaram a passividade como forma de resistência, e no contato com a cultura colonizadora lançaram mão de disfarces e mecanismos culturais de ocultação e a invisibilização de suas práticas e como resistência para poderem manter sua cultura e identidade. Assim, muitos indivíduos e suas famílias fugiram e cruzaram os sertões em busca de refúgios, se instalaram em morros e serras do interior, buscando fugir da ameaça do colonizador e da sociedade política do estado brasileiro, após a independência. Nessa ótica, principalmente no Nordeste brasileiro, elaboraram várias formas de sobrevivência política, econômica e cultural e entre elas a do silenciamento e da invisibilidade, pois, como afirma Silva Junior:

A perspectiva da invisibilidade correspondia a não deixar evidenciar a pertença a um grupo étnico, para não sofrer, ou minimizar, perseguições em nível local. Ela foi uma retração aparente dos índios, ou seja, um recuo estratégico ao enfrentamento aberto com a sociedade envolvente. Esta invisibilidade pode ser interpretada como sendo aparente, circunstancial e momentânea, pois a elaboração e utilização dessa estratégia consideravam, além as diferenças formas de relacionamento dos índios com a sociedade envolvente, os distintos momentos desta relação. (Silva Junior, 2007, p. 19).

Neste contexto, a ideia de invisibilidade era tida como estratégia para permanecer e sobreviver em seus locais de origem, vivendo e esboçando um relacionamento superficial com a sociedade do seu entorno, de modo que essa invisibilidade lhe assegurasse as condições

necessárias para aguardar o momento de ressurgir e poder reafirmar sua identidade. Ao longo das últimas décadas do século XX, observamos um processo de fortalecimento e ressurgimento da sociodiversidade étnica a partir de aspectos culturais diferentes utilizados no processo de reconhecimento da identidade étnica, como estratégia de autoafirmação indígena e nos processos políticos e sociais de demarcação das terras ancestrais destes grupos no nordeste brasileiro. Esse fenômeno, conhecido como emergência étnica ou “etnogênese” dos povos indígenas encontrou na prática do Toré, entre outras marcas identitárias, um ponto focal e de síntese do núcleo cultural étnico que afirma a sua indianidade, sendo empregado nos processos de reconhecimento e demarcação das terras indígenas (Oliveira, 2005).

No Nordeste brasileiro, essa situação é muito visível, pois as comunidades indígenas dessa região sofreram, com a extinção de seus aldeamentos durante o século XIX e com a imposição da homogeneidade da nacionalidade brasileira, mais do que outros grupos étnicos de outras regiões. Este marco é sobremaneira visível no Município de Palmeira dos Índios-AL, que abriga o povo Xukuru-Kariri Mata da Cafurna, grupo étnico que se utilizou do silenciamento, pois esse povo, mesmo oprimido e perseguido pela sociedade envolvente que adveio do período colonial, manteve, mesmo que às escondidas, seus rituais e transmitindo-os às novas gerações, de modo que tais traços identitários não fossem esquecidos. De acordo com Silva Junior,

Alta madrugada. O Toré, ritmo marcado em caixas de fósforos, à meia luz, nos fundos de uma casa na periferia da cidade de Palmeira dos Índios, agreste alagoano, varava a noite, despercebido pela sociedade palmeirense. A vizinhança não desconfiava, mas ali estava sendo escrita parte da história dos Xucuru-Kariri. (Silva Junior, 2007, p.32).

O Toré passou a ser praticado em silêncio, descartando, provisoriamente alguns instrumentos e utilizando-se de outros instrumentos e métodos com o intuito de resguardar seus conhecimentos para transmiti-los às gerações futuras, ou seja, procuraram realizar seus rituais sem fazer barulho, à meia luz, nos fundos dos quintais das casas.

Dessa forma, a estratégia foi tão importante quanto a fé para assegurar a existência de um grupo étnico e para preservar os costumes. Essas práticas adotadas, como o Toré, representaram estratégias de superação e de luta contra o colonialismo interno (Casanova, 2007), praticado pela sociedade envolvente, herdeira da sociedade nascida do processo de colonização, que perpetuaram e ampliaram formas e mecanismos de opressão econômica e social sobre as populações indígenas, sobremaneira no nordeste brasileiro, reforçando estereótipos e preconceitos para a conservação da dominação política e territorial historicamente construída.

Nesta ótica em 1910 com o advento da República foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), essa agência governamental, instalada no Ministério da Agricultura, preconizava a garantia dos direitos indígenas e mais visibilidade para os seus aldeamentos; com isso, os grupos passaram a assumir uma postura mais incisiva e atuante frente às suas necessidades e aspirações. Com o

passar do tempo, os Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios passaram a externar aspectos da sua cultura como forma da sociedade local perceber que esse povo possui uma identidade étnica própria que o caracterizava.

O Toré, então, empregado como ritual religioso, assumiu a configuração de um símbolo étnico e cultural central na afirmação dessa identidade indígena e elemento que confere unidade na mobilização por direitos sociais e políticos, como a posse da terra. Cada vez mais, nas últimas décadas do século XX, algumas aldeias começaram a realizar apresentações do Toré aos não-índios, prática cultural empregada como estratégia de emergência étnica e de visibilidade para a mobilização social e reivindicação de direitos. O Toré constitui-se, dessa forma um referencial central da indianidade no Nordeste, elemento que contribui na ordenação da autoafirmação indígena no nordeste brasileiro (Grunewald, 2005).

Com o advento da Constituição Federal da República do Brasil, em 1988, a mesma é considerada um marco histórico na luta pelos direitos dos povos indígenas. Dessa forma tornou-se possível, vislumbrarmos o reconhecimento por parte do Estado brasileiro (ao menos na forma da lei) dos direitos e especificidades socioculturais dos grupos indígenas brasileiros, colocando-os como protagonistas de sua história e da sua existência conforme disposto nos artigos 215¹ e 231² do texto constitucional em vigor.

Toré: silenciar para fortalecer

Os povos indígenas do Nordeste brasileiro são conhecidos por praticar um tipo de Toré como forte aspecto de unidade do grupo étnico, tornando-se um símbolo de identidade, religião, cultura e reivindicação por direitos. É uma dança ritualística, circular, marcada por fortes pisadas com o pé direito, acompanhadas pelo som dos maracás. É elencada como marca identitária dos povos indígenas do Nordeste brasileiro, motivo pelo qual sua essência não é apresentada a pessoas não indígenas. Essa interdição se configura salutar para não vulgarizar ou perder a essência desse elemento cultural que caracteriza e fortalece a sociedade indígena, tão silenciada durante anos, mas que se reconfigura para se fortalecer a cada dia.

Nessa ótica, analisamos que o elemento cultural mais importante para esses grupos é a prática do Toré, um ato tanto político, religioso e estético e que está dentro do campo da etnologia dos povos indígenas. É uma dança ritualística executada para agradecer por alguma graça alcançada. Pode ser realizada publicamente, recebendo uma conotação mais performática,

¹ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

² Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

folclórica e festiva; ou pode ser limitada ao espaço sagrado do Ouricuri, onde há interdição aos não índios. Sobre a coreografia, Peixoto enfatiza que:

Durante a coreografia, o círculo gira sempre para o lado direito para evocar as forças positivas sobre os seus participantes. As mulheres e as crianças dançam fora do círculo principal composto por homens, podendo, em alguns torés, haver formação de pares que desenvolvem um bailado diferente da dança do grupo. Nesse momento, os casais giram para frente, para trás, porém nunca para a esquerda. (Peixoto et al., 2011, p. 04).

Nessa descrição, observa-se como a dança do Toré se configura nas comunidades indígenas; é uma coreografia que deve conter os passos certos, no sentido determinado, para não atrair forças negativas e, no conjunto, cada indivíduo tem seu papel na performance, havendo momentos e lugares específicos e bem definidos para as mulheres, homens e casais.

É muito significativa para os grupos indígenas, pois se trata de um ritual que foi deixado pelos antepassados, que apesar de terem sofrido com o processo de colonização conseguiram manter, ressignificar e transmitir elementos dessas práticas que se configuram como elemento identitário, como tradição religiosa ou como folguedo executado em momentos de alegria para agradecer a uma dádiva recebida ou até mesmo em momentos de tristeza quando assume o papel de fonte de energia, força e unidade. Através do Toré, muitos grupos indígenas contemplam sua própria existência, situação que Clarice Mota é enfática ao afirmar que:

(...) eu passo a pensar o toré como invenção grupal, como uma forma de essas sociedades se contemplarem sua existência pela fé, não necessariamente religiosa, mas fé no grupo enquanto uma comunidade étnica oriunda das tribos pré-colonização. Percebo o toré, ao interpretar os textos nativos sobre o mesmo e suas performances, como uma tomada de consciência do grupo como algo separado, imutável e indestrutível, que é legitimado por tais performances que acreditam ter sido uma herança dos antepassados. (Mota, 2005, p. 174).

Neste cenário, o Toré é uma prática religiosa, onde cada indivíduo o adota com a consciência de não deixar esse elemento cultural acabar. Enquanto ritual, tem o poder de dar unidade ao grupo, gerando um clima de harmonia. Contribui, ainda para construir laços de amizade e o sentimento de pertença, elementos fundamentais para a vida em grupo e a sobrevivência étnica.

O Toré foi considerado errado, pecaminoso, politeísta, satânico e até instrumento de rebeldia pelos europeus. Por isso, foi combatido pelo colonizador, perseguido pelos jesuítas e missionários, chegando a ter sua prática proibida e seus praticantes perseguidos. A ótica cristã do colono europeu, assim como da sociedade brasileira envolvente, corolária do contexto pós-independência até os dias de hoje, enxergava o Toré como obstáculo a entrada a cristianização e a conversão dos indígenas. Contudo, com a proibição de praticar seus rituais, muitos povos indígenas preferiram ficar na invisibilidade e no silenciamento, como forma de resistência e estratégia para manter viva a sua cultura durante décadas desde o fim dos aldeamentos, evitando conflitos, perseguições,

prisões e mortes e preservando os elementos que desde aquela época os diferenciava do colonizador. Ao longo do século XX, entretanto, e, sobretudo com o advento da Constituição de 1988, o Toré emerge como elemento diacrítico que, em exposição, contribui para a saída da clandestinidade deste povo e como elemento de autoafirmação religiosa bem como, o reconhecimento da sua identidade étnica.

Toré: performance e folguedo de um povo

O Toré é um ritual simbólico, que serve para expressar a identidade do indivíduo no grupo, pois o mesmo é a ligação com o sobrenatural, com o sagrado, com a cura. Através do Toré os indivíduos se encontram para agradecer aos seus encantados pelo momento, pela alegria e é nele que encontram coragem para vencer o mundo fora da aldeia, pois os povos indígenas ainda vivem exposto aos preconceitos e discriminações que tanto ameaçam suas vidas e sua cultura.

O Toré como “performance cultural” dos povos indígenas é de grande importância para o grupo, uma vez que eles depositam toda sua fé no sagrado e durante os festejos, ou rituais, no momento do rito, apresentam características inconscientes passando a ter performances diferentes e isso acontece de acordo com a ocasião, pois para Neves (2005) “performance é um conceito interdisciplinar que serve não apenas para o estudo de sociedade ditas complexas, mas também para as chamadas tradicionais”

Nesse contexto, o Toré apresenta várias mudanças sociais, culturais e características que lhes denominam como sociedade étnica, tomando ensinamentos que foram deixados pelos seus antepassados para perpetuarem às gerações futuras, onde através do mesmo o indivíduo passa a refletir sobre sua história e sobre o mundo.

De acordo com Neves (2005), percebe-se que através do ato performático, o indivíduo entra em contato com seus antepassados e fica mais próximo para refletir sobre seu grupo e sua identidade e essa classificação é de suma importância para a categoria cultural dos povos indígenas.

No momento da dança do Toré percebe-se as performances como um comportamento intensificado, onde contém aspectos ritualístico, repetições de ritmos e que através desses movimentos procuram compreender os gestos, a fala e até o cheiro, como enfatiza Neves:

O rito, quando visto através da performance, adquire um aspecto afetivo e, portanto, é, preciso procurar nele todos os sentidos presentes: os sons, a fala, o cheiro, etc. ou seja, o rito deixa de ser apenas cognição, na qual se ressalta a mensagem, para tornar-se uma experiência multidimensional e multivocal. (Neves, 2005, p. 131).

Dessa forma, procuramos compreender como o Toré é realizado entre os Xukuru-Kariri, através dos nossos registros de campo que nos permitiram compreender que este ritual é regularmente praticado por pessoas de todas as faixas etárias, desde as crianças que dançam no

colo dos pais aos adultos mais velhos; para os mesmos, cantar e dançar esse ritmo é manter viva a chama da cultura, é comemorar fatos históricos, é momento de cura e libertação. Seus cânticos falam de dor, de alegria, dos pássaros, das árvores, dos encantados, entre outros temas. Muitas das vezes, essa arte musical acontece nos poucos vocábulos que conhecem da língua indígena originária, como forma de tentar manter viva essa característica da sua identidade étnica.

Na pesquisa com a comunidade Xukuru-Kariri Mata da Cafurna, pudemos aliar processos observacionais, com registro fotográfico e entrevistas com lideranças e participantes. Assim, como ensina Angrosino (2009), esse processo que se utiliza de variáveis técnicas na pesquisa etnográfica e observacional nos dá uma boa margem de segurança contra interpretações superficiais e/ou apressadas, tornando mais densas e complexas as nossas representações elaboradas sobre essa manifestação cultural indígena.

Encontramos, no Toré da comunidade Xukuru-Kariri Mata da Cafurna, uma dança ritualística que acontece em três momentos; é envolvente através do seu bailado cadenciado ao som de maracás e marcado pelo batido do pé no chão, pela performance simbólica executada em forma circular, aos pares, aos grupos ou individualmente. No primeiro momento, o rito acontece no Ouricuri, espaço sagrado reservado apenas para os povos indígenas, momento de cura e libertação onde o não-índio não pode entrar e nem saber o que acontece. No segundo momento, ele acontece na aldeia, em forma de apresentação e bailado onde o não-índio pode entrar na dança, depois do convite dos dançadores. No terceiro momento, é um folguedo, uma prática brincante ritmada que acontece fora das aldeias em festas e apresentações públicas em geral realizadas em espaços não-indígenas.

As imagens a seguir destacam a execução da dança do Toré na aldeia Mata da Cafurna (Fotos 1 e 2). A figura 1 retrata a participação do não índio na dança. Neste momento somos convidados a participação do bailado, onde nosso sim é fundamental para podermos realizar nossa pesquisa de campo. E foi a partir desse contato direto com o Toré que decidi pesquisar essa manifestação religiosa e dar mais visibilidade a esses povos. A figura 2 traduz os índios Xukuru-Kariri apresentando o Toré aos não índios.

Ao se apresentarem aos não índios os mesmos passam a divulgar sua marca identitária que é exposta atualmente na sociedade; é, para muitos, um dos elementos do folclore que faz parte da cultura brasileira, e ao se apresentarem fora da aldeia, não correm o risco de perder sua identidade, pois como enfatiza Mota (2005), “O Toré de brincadeira é aquele que pode apresentar ao mundo de fora, os turistas e estrangeiros, porque não implica perda do seu direito a um segredo tribal.”

A foto a seguir foi produzida em apresentação pública e representa um desses momentos em que a cultura é apresentada sem colocar em risco o sentido ritualístico, mas com o propósito de gerar aproximação com o público que assiste a performance (Foto 3).



Foto 1. O não Índio na dança do Toré.
Fonte: Acervo pessoal, 2016



Foto 2. Apresentação do Toré aos não índio.
Fonte: Acervo pessoal, 2016.



Foto 3. Índios Xukuru-Kariri dançando o Toré para estudantes das escolas públicas locais.
Fonte: Acervo pessoal 2016.

As variações nos tipos ou modalidades do Toré, com ou sem roupa típica do indígena, não tem relação com maior ou menor importância, pois como ritual, o que importa para os povos indígenas e em especial para os Xukuru-Kariri é dançar e cantar com fé e devoção e sempre manter viva a originalidade desta manifestação de representação religiosa.

A comunidade indígena de Alagoas atualmente tem seus aldeamentos abertos para visitas e entrevistas, muitas das pessoas da comunidade vão para a cidade e se relacionam com segmentos da sociedade envolvente da cidade de Palmeira dos Índios, porém não levam além do que é permitido pelos dirigentes. Ao entrevistar uma das lideranças da comunidade, perguntado por que os indígenas decidiram levar o Toré para a cidade e para os não-índios, ele respondeu que hoje saem da aldeia para se apresentar aos não índios como uma forma de autoafirmação étnica e religiosa, para mostrarem-se como povos indígenas e também as pessoas observarem que o mesmo tem uma identidade, a qual deve ser mantida entre os grupos indígenas. Ressalta-se que esse contato não implica na quebra de “segredos” ou práticas ritualísticas específicas do grupo indígena segundo nossos informantes comunitários; antes uma declaração de identidade e afirmação étnica.

O Toré como autoafirmação cultural do povo Xukuru-Kariri

O Toré entra na história do povo Xukuru-Kariri como elemento indispensável para o reconhecimento de sua etnicidade, como diacrítico identitário muito importante no processo de demarcação de suas terras e pela manutenção de uma autonomia cultural para se afirmarem como índios. Nesse contexto, o Toré ganha uma simbologia para o fortalecimento de uma identidade. “Eu sou índio porque tenho meu ritual secreto e tenho também Toré” (Cunha, 2008). Para o povo Xukuru-Kariri, Toré significa TO-som, RÉ-grito como uma manifestação cultural.

A história da visibilidade dos Xukuru-Kariri está intimamente ligada a Lenoir Tibiriçá, ex-pajé, oriundo da aldeia Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio, que ao se casar com uma Xukuru-Kariri, passou a integrar esse grupo e, com o tempo inseriu elementos do Toré do seu povo de origem, ressignificando as práticas locais e fortalecendo a noção de sagrado dentro e fora do aldeamento. Com isso, o Toré foi se convertendo na principal marca identitária, conquistando respeito e um lugar de destaque nas aparições públicas do grupo indígena de Palmeira dos Índios. Porém, à medida em que assumia esse papel na identidade, foi se convertendo em fronteira no seu terreiro sagrado, no ritual denominado de Ouricuri.

Entre os Xukuru-Kariri, o Toré é praticado por pessoas de todas as faixas etárias, desde as crianças que dançam no colo dos pais aos adultos mais velhos; para os mesmos, cantar e dançar esse ritmo é manter viva a chama da cultura, é comemorar fatos históricos, é momento de cura e libertação. Seus cânticos falam de dor, de alegria, dos pássaros, das árvores, dos encantados, entre outros temas. Muitas das vezes, essa arte musical acontece nos poucos vocábulos que conhecem da língua indígena nativa, como forma de tentar manter viva essa característica da cultura nativa. É

definido como algo muito particular, reservado e especial, como se observa no conceito dado pelo ex Pajé da aldeia Xukuru-Kariri Lenoir Tibiriçá (Entrevista realizada em 2017): “O Toré é um canto, uma dança onde podemos mostrar ao branco, para nós dizer que temos assim um canto, nós somos índios”.

A musicalidade do Toré entre os Xukuru-Kariri é uma transmissão de conhecimento e vibração para agradecer a Tupã (Deus) pelas graças alcançadas, é uma forma de comunicar -se com os demais membros do grupo, pois seus ritos têm vários significados e interpretações e as letras das músicas revelam muito mistério, como assinala a indígena Tânia Xukuru-Kariri em entrevista:

Para nós, o Toré é uma das principais formas de comunicação dos povos indígenas, tanto com Deus-Natureza quanto com a humanidade. O canto é a principal manifestação pública reveladora de nossa identidade. Cantando é à nossa maneira de dizermos “estamos aqui”. Sobrevivemos e nada vai nos calar! A cada canto nos tornamos mais fortes para continuar cantando nossas culturas e buscando nossos direitos para vivermos com dignidade. Resistimos e, agora, nada vai impedir de continuarmos vivendo por outros muitos milênios, felizes e em paz! (Gerlic, 2012, p. 19).

Na fala da indígena Tânia Xukuru-Kariri percebemos que o grupo deposita no canto do Toré às suas esperanças de fortalecimento além de ver essa manifestação como a principal forma de comunicação e reivindicação de seus direitos e reconhecimento étnico na sociedade envolvente. O contato com a música e com os mistérios e encantamentos que ela encerra os fortalece para sobreviver e não calar diante da sociedade não indígena que os marginaliza, invisibiliza, silencia e retira direitos e ameaça sua continuidade.

O Toré abrange os Xukuru-kariri em diferentes situações e festividades religiosas como as que acontecem em dezembro com a celebração do nascimento de Cristo, no período da semana santa com a celebração da morte e ressurreição, nas atividades comemorativas da identidade no abril Indígena, no mês de junho com as festas juninas. Em qualquer uma dessas festividades tem espaço para uma fogueira e uma roda de Toré, geralmente com a participação de convidados não índios. Fora destes períodos as festas são internas apenas para os Xukuru-Kariri e índios de outras etnias convidadas.

Tipos de Toré praticados pelos Xukuru-Kariri

O Toré recebe denominações específicas conforme a função a que se destina. Acontece em forma circular, giratória, com os passos marcados ao som dos maracás, o ritmo geralmente é definido pelo cântico e finaliza com gritos eufóricos onde os participantes externam imensa felicidade. Enquanto coreografia, é um bailado envolvente; enquanto religião e linguagem, é muito significativa para os Xukuru-Kariri, recebe várias denominações, conforme o sentido que lhe é dado: Nesta ótica Moreira, Peixoto e Silva enfatiza 7 tipos de Toré praticado pelo povo Xukuru-Kariri:

Toré de **roda** que significa união do grupo entre si e com os outros. Nesse toré, os índios demonstram que independentes da situação de dor ou de alegria eles estão juntos e firmes nos seus ideais.

Toré **cruzado** representa o amor em todos os seus sentidos. Para a comunidade não índia, é visto como uma espécie de ritual que antecede a prática do sexo.

Toré da **lança** significa guerra e é executado em momentos conflituosos como forma de buscar ajuda dos deuses para conseguir êxito em batalhas.

Toré do **buzo** é um momento muito introspectivo do grupo, pois significa um momento de profundo contato com suas entidades espirituais.

Toré da **corrente** simboliza as alianças firmadas com todos aqueles que valorizam e respeitam a cultura indígena.

Toré de **passarinho** representa um dos maiores valores do ser humano, a liberdade.

Toré da **chuva** significa a grandeza de Deus, o seu poder de gerar e manter a vida, de renovar a paisagem e de renovar o espírito de ser humano. (Moreira et al., 2011, p. 52-53).

De acordo com essa classificação, percebemos que os Xucuru-Kariri participam de, pelo menos, sete tipos de Torés e que são de grande relevância tanto para a aldeia como para a vida espiritual dos índios, pois a religião os define como nação indígena e é uma forma de contemplarem sua essência através da fé e a certeza de manter sempre viva a cultura para as futuras gerações.

Nas fotos 4, 5, 6, 7 e 8, podemos observar os índios Xucuru-Kariri em uma manifestação pública do Toré na aldeia Mata da Cafurna; realizando alguns tipos de Torés presentes na comunidade, e estão paramentados com vestes tradicionais, cocas, maracás, buzos e pinturas no rosto. Ao redor, pessoas assistem a dança e contemplam a cultura indígena sendo passada entre as gerações, pois os índios que nesta foto aparecem, não são simplesmente participantes, são a concretização do saber dos antigos que será um alento de cultura guiando o modo de 'ser índio' para as gerações futuras.



Foto 4. Toré de Chuva.
Fonte: Acervo pessoal, 2016.



Foto 5. Toré de roda.
Fonte: Acervo pessoal, 2016.



Foto 6. Toré de Buzo.
Fonte: Acervo pessoal, 2016.



Foto 7. Toré de Corrente.
Fonte: Acervo pessoal, 2016.



Foto 8. Toré de Passarinho.
Fonte: Acervo pessoal, 2016.

As fotografias acima representam suas práticas ritualísticas religiosas que são gritos de liberdade e evidenciam que, mesmo nos dias atuais, após longo processo de catequização e colonização, no qual o trabalho doutrinário engendrado pelas missões católicas no agreste alagoano foi parte integrante, a religiosidade manifesta pelo Toré reafirmam traços culturais como diacríticos, destacando o grupo Xukuru-Kariri da sociedade não-indígena envolvente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto observamos que, durante anos os povos indígenas, sobretudo no Nordeste brasileiro, viveram sobre a égide de massacres e perdas irreparáveis que ocasionaram, em muitas aldeias, a perda de seus rituais e sua língua materna. Nesse contexto, percebemos que diante desse sofrimento muitos grupos ficaram na passividade como forma de silenciamento, como

meios de resguardar suas culturas. Por isso o povo Xukuru-Kariri da região de Palmeira dos Índios mantiveram traços diacríticos de sua cultura, que no presente das lutas e mobilizações sociais, fortaleceram sua identidade étnica e o protagonismo na sua história recente.

Com isso o Toré tem um significado emblemático da etnicidade, da cultura e religiosidade dos povos indígenas, caracterizado por músicas, danças ritualísticas, ingestão de bebidas como a jurema, que proporciona acesso ao mundo espiritual, onde cada característica tem seu valor onipotente. Além disso, encontramos o Toré em diferentes grupos indígenas do Nordeste brasileiro, cada qual com seu tipo de Toré ritualizado, ou seja, cada grupo étnico possui seu tipo de Toré e passam essa experiência aos demais grupos e no processo geracional de socialização indígena de cada etnia.

Contudo, esse universo ritualístico permite uma relação com a população envolvente, ou seja, os índios, para a partir daí as futuras gerações sentirem orgulho de ser índio, reconhecendo sua indianidade e seu pertencimento cultural que tem na sociedade.

Através do Toré podemos perceber que as manifestações religiosas a cada momento se renovam por intermédio de alguns elementos como: pedido, graça alcançada, pagamento de promessa e por esse contato constante com o mundo sobrenatural. O ritual do Toré representa estas relações, é neste universo ritualístico que o indivíduo se sente mais próximos de suas entidades religiosas ancestrais.

Diante da reflexão acima, observamos um alto grau de responsabilidade sociocultural do antropólogo frente ao estudo das causas indígenas, onde o antropólogo em sua pesquisa de campo deve tomar um contato direto com seu objeto de pesquisa como forma de ajudar essas comunidades a reenviarem seus direitos e se afirmarem como povos indígenas e perceberem a importância da sua cultura para a história do Brasil. Esse contato do antropólogo deve ser ativo com seu objeto de pesquisa.

Sendo assim essa pesquisa visa contribuir com a nova historiografia indígena, desprendendo da visão tradicional e desconstruindo a visão estereotipada sobre esses povos, reafirmando a sociodiversidade étnica das populações indígenas do nordeste brasileiro, através dos seus elementos culturais que garantem unidade étnica, como também contribui para a valorização e o reconhecimento por parte da sociedade envolvente e das agências estatais brasileiras no processo de mobilização política e social pelos seus direitos.

REFERÊNCIAS

Almeida, M. R. C. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Angrosino, M. Etnografia e Observação Participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Casanova, P. G. Colonialismo interno: uma redefinição. In: Boron, A.; Javier, A.; Gonzalez, S. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. São Paulo: CLACSO, 2007.

Cunha, L. C. M. Toré - da aldeia para a cidade: música e territorialidade indígena na grande Salvador. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Música. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

Gerlic, S. Índios na visão dos índios: Somos Patrimônio. Salvador: Thydêwá, 2012

Grunewald, R. A. Toré: regime encantado do índio do Nordeste. Recife FUNDAJ- Massangana, 2005.

Herbetta, A. F. Peles Braiadas Modos de ser Kalankó. Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

Mendonça, J. M. Os Movimentos da Imagem da etnografia a reflexão antropológico: experimentos a partir do acervo fotográfico do professor Roberto Cardoso de Oliveira. Campinas: EDUCAMP, 2000.

Moreira, A. C. L.; Peixoto, J. A. L.; Silva, T. B. Mata da Cafurna: Ouvir Memória, Contar História: Tradição e Cultura do Povo Xucuru-Cariri. Maceió: Edições Catavento, 2011.

Mota, C. N. Performance e Significações do Toré: O caso dos Xocó e Kariri-Xocó In: Grunewald, R. de A. (org) Toré: Regime encantado do índio do nordeste. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2005.

Neves. R. C. M. Identidade, Rito e Performance no Toré Xucuru. In: Grunewald, R. A. (org.) Toré: Regime encantado do índio do nordeste. Recife: FUNDAJ-Massangana, 2005.

Oliveira, J. P. A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000

Oliveira, J. P.; Freire, C. A. R. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2005.

Silva Junior, A. B. Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano. Salvador, 2007.